



**X COLÓQUIO  
INTERNACIONAL**  
"Educação e Contemporaneidade"  
22 a 24 de Setembro de 2016  
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

## **POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERCURSOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROEJA NO IF BAIANO CAMPUS CATU**

FERDINANDO SANTOS DE MELO

EIXO: 7. EDUCAÇÃO, TRABALHO E JUVENTUDE

**RESUMO:** A proposta deste artigo é buscar compreender a dinâmica de estruturação o PROEJA FIC em nível nacional e as (re) configurações no processo de implementação dos Cursos de Formação Inicial e Continuada do Programa no IF Baiano *Campus* Catu. Para tanto, utiliza-se como aporte teórico os textos de Gadotti, Ferreira, Ireland, dentre outros, bem como o uso de um repertório documental-normativo que dá sustentação a esta ação pública, e de dados qualitativos coletados através de entrevistas e grupos focais relativos à pesquisa de mestrado de minha autoria defendida em 2014 sobre a temática. Retomam-se na Introdução os indicadores que refletem as taxas de escolarização de jovens e adultos e as definições conceituais que balizam as políticas de EJA no plano nacional e internacional. As considerações finais apontam, a partir de elementos previamente problematizados, que uma análise atenta do processo de implementação possibilita o remodelamento de ações intra e interinstitucionais (IF/Prefeitura) e o redesenho administrativo do Programa à luz do que preconiza o *Policy Cicle*, além da priorização de novos objetivos e metas para o enfrentamento de falhas e lacunas inicialmente apontadas.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; PROEJA; IF Baiano *Campus* Catu.

### **1 INTRODUÇÃO**

A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD 2009, divulgada na Síntese de Indicadores

Sociais (IBGE, 2010) revela que entre os jovens de 15 a 17 anos de idade, a taxa de escolarização passou de 55,3% em 2001, para 78,8% em 2000, chegando a 85,2% em 2009. Deste dado, pode ser entendido que os jovens estão tendo mais acesso à escola e nela ficam por mais tempo. Em contrapartida, as estatísticas de conclusão do ensino fundamental revelam um distanciamento considerável entre os números absolutos de ingresso e o quantitativo de concludentes. Além do que, os dados da etapa posterior, o ensino médio, não mostram que essa escolarização ampliada se faz, neste nível de ensino, na faixa etária em questão, como preconiza a legislação educacional, ou pelo menos, como era de se esperar.

Outro nicho histórico de atendimento educacional na Educação de Jovens e Adultos diz respeito aos Programas de Alfabetização, uma vez que o Brasil apresenta índices vultosos de analfabetismo, que apesar de diminuírem nas últimas décadas, ainda alcançam as cifras dos milhões. Nas considerações do Parecer CNE/CEB 011/2000, o Brasil continua exibindo um número considerável de analfabetos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou, no ano de 1996, 15.560.260 pessoas analfabetas na população de 15 anos de idade ou mais, perfazendo 14,7% do universo de 107.534.609 pessoas nesta faixa populacional. Apesar da queda anual dos índices de analfabetismo[1] e de marcantes diferenças regionais e setoriais, a existência de pessoas que não sabem ler ou escrever por falta de condições de acesso ao processo de escolarização deve ser pauta de reflexão constante e sistemática por parte do mundo acadêmico e pelos gestores de políticas públicas. É de se notar que, segundo as estatísticas oficiais, o maior número de analfabetos se constitui de pessoas: com mais idade, de regiões pobres e interioranas e provenientes dos grupos afro-brasileiros. Muitos indivíduos que compõem estas estatísticas são candidatos aos cursos e exames do ainda conhecido ensino supletivo. De acordo com Oliveira e Pinto (2012), soma-se ao número absoluto de analfabetos, um contingente de quase 40 milhões de trabalhadores que possuem escolarização até a 4ª série (atual 5º ano do ensino fundamental), constatando-se o descaso com as políticas educacionais de EJA em uma perspectiva de inclusão social e garantia de direito à escolarização a esta parte da população.

Nesta ordem de raciocínio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso à escola na idade regular e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social na contemporaneidade, sob a égide da cidadania plena. Logo, não se pode perder de vista que,

Pensar a perenidade dessa política pressupõe assumir a condição humanizadora da educação, que por isso mesmo não se restringe a “tempos próprios” e “faixas etárias”, mas se faz ao longo da vida, nos termos da

Declaração de Hamburgo de 1997. Nesse sentido, o que realmente se pretende é a formação humana, no seu sentido *lato*, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar, na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. (IRELAND, MACHADO, PAIVA, 2004, p. 11-12)

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, considera a Educação de Jovens e Adultos como a modalidade de ensino destinada àqueles que não tiveram acesso ao sistema escolar na idade própria, bem como condições de permanência. Dessa forma, os sistemas de ensino deverão assegurar gratuitamente a estes cidadãos perspectivas e oportunidades educacionais pertinentes, consideradas as especificidades do alunado, como suas condições materiais de vida e trabalho, por meio de exames e cursos.

Segundo Gadotti (2008), os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida - moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc - que estão na raiz do problema do analfabetismo. O trabalho precário, o desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida comprometem o processo de alfabetização. Além do mais, as salas de aula de EJA configuram-se como espaços privilegiados de vivência da diversidade, diversidade esta que transita pelas questões etnicorraciais, políticas, religiosas, etárias - com alunos de 15 a 70 anos ou mais, adolescentes, pais de família e avós convivendo sob a égide de práticas educativas muitas vezes desconexas das distintas demandas -, e a urgência de incluir o debate sobre a educação inclusiva, já que muitos estudantes especiais[2] acessam essas turmas.

Dentro desta macrovisão, a educação de pessoas jovens e adultas mostra que em todas as idades e em todas as épocas da vida é possível se formar, se desenvolver e construir conhecimentos, habilidades, valores e competências, que extrapolam o universo formal da escolaridade e conduzem à realização de si e ao reconhecimento do outro enquanto sujeito. Assim, de acordo com a Declaração de Hamburgo, Art. 03:

Por educação para adultos entende-se o conjunto de processos de aprendizagem, formal ou não, graças ao qual pessoas consideradas adultas pela sociedade a que pertencem desenvolvem suas capacidades, enriquecem os seus conhecimentos e melhoram as suas qualificações técnicas e profissionais, ou as reorientam de modo a satisfazerem as suas próprias

necessidades e as da sociedade. A educação de adultos compreende a educação formal e a educação permanente, a educação não-formal e toda gama de oportunidades de educação informal e ocasional existentes numa sociedade educativa multicultural em que são reconhecidas as abordagens teóricas baseadas na prática. (ALEMANHA, 1997, p.19).

Assim, considerando os rebatimentos históricos recentes da EJA no Brasil, destacamos o surgimento do PROEJA em 2004, como a possibilidade de uma educação integral para restaurar o direito à educação que foi negado a uma parcela significativa da população, representando um marco na história educacional, em contraposição a um longo período na educação brasileira, onde esta serviu para atender aos interesses da classe dominante. Este parte do princípio de uma educação profissional como formação integral do sujeito para atuar de forma consciente, crítica e ética na sociedade em que vive, compreendendo o mundo do trabalho e atuando sobre ele, por meio da chamada formação politécnica.

Por esse horizonte, uma política pública ou mesmo um programa não podem ser avaliados apenas pelo seu rigor metodológico, mas pelo impacto gerado na qualidade e mudança de vida da população atingida, posto que a educação de adultos está condicionada às possibilidades de uma transformação real das condições de vida do aluno trabalhador. Além do que, não se pode discutir o acesso à educação sem antes fazer uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento socioeconômico e o projeto de nação, com o objetivo de lançar um olhar mais amplo sobre a sociedade brasileira, um olhar que nos possibilite visualizar as partes, o todo e as inter-relações alocadas.

Face ao exposto, partindo da prerrogativa de que as políticas públicas de educação se inserem no seio de um complexo, dinâmico e contraditório processo de produção e reprodução da sociedade capitalista, torna-se fundamental levar em consideração as diversas determinações constantes na atual conjuntura, na proporção em que a formulação, a implementação, a avaliação e gestão dessas políticas constituem condições indispensáveis para a inserção do cidadão na vida em sociedade, bem como na sua incursão no mercado de trabalho.

Na seara das proposições inicialmente lançadas, este artigo busca compreender como se estruturou o PROEJA FIC em nível nacional e as (re) configurações no processo de implementação dos Cursos de Formação Inicial e Continuada do Programa no IF Baiano *Campus* Catu. Para tanto, será feito uso de uma revisão bibliográfica, documental e de dados qualitativos coletados por meio de entrevistas e grupos focais ao longo de 2013, relativos à pesquisa de mestrado defendida em 2014[3] sobre o Programa em tela.

## **2- PERCURSOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROEJA NO BRASIL E A REALIDADE DO IF BAIANO CAMPUS CATU**

Ferreira (2012), em seu estudo sobre limites, avanços e possibilidades de implantação do PROEJA, revela que a maior parte das matrículas da EJA no Brasil está na rede pública, assim distribuída: 54,8% na rede estadual, 41,7% na rede municipal e 0,4% na rede federal, cabendo a rede particular 3,1% dos estudantes. A título de EJA integrada à Educação Profissional temos em nosso país, em números absolutos, 14.126 em nível de ensino fundamental e 38.152, em nível de ensino médio, mostrando que há um grande caminho a ser percorrido rumo à ampliação de vagas no PROEJA técnico de nível médio e no PROEJA FIC. A pesquisadora enfatiza em seu estudo, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, que a Educação de Jovens e Adultos teve uma queda de 5% nas matrículas no ano de 2010, representando um quantitativo de 374.098 no número de matrículas, ficando a EJA com 4.324.956 educandos em 2010. Ainda usando dados da PNAD/IBGE, 2009, aponta que o Brasil tem 57,7 milhões de pessoas com mais de 18 anos que não frequentam a escola e que não concluíram o ensino fundamental, sendo um público em potencial da Educação de Jovens e Adultos, caso esta política fosse priorizada, com responsabilidade, pelos entes federados, sendo portanto necessário transformar o PROEJA em política de estado, com brevidade.

O desenvolvimento de estudos que primam pelo processo de implementação apontam para a superação de pesquisas meramente focadas nas análises sobre eficácia e desempenho, que se resumem basicamente a analisar metas e objetivos com os resultados auferidos pelos Programas. Para ele,

[...] Os modelos mais dinâmicos e processuais pressupõem não apenas a relação da implementação com o contexto mais geral da macropolítica – o que se pode identificar como determinação externa – como também as relações dinâmicas entre as estruturas organizacionais, os distintos recursos de apoio mobilizados e as características sociais, culturais e econômicas dos atores, que certamente influenciarão o seu comportamento, por serem eles agentes do processo de implementação. (PEREZ, 2009, p. 72).

Por este ângulo de análise, o conjunto de fatores, que interagindo entre si e com a estratégia de implementação, pode afetar o grau de alcance dos resultados e formas de implementação. É o que vamos ver a seguir no PROEJA, ao considerarmos as questões normativo-legais, a dinâmica institucional em âmbito macro e micro, e a relação entre os sujeitos.

O PROEJA[4] se constitui como um Programa de Governo que caminha em direção à efetivação enquanto política pública, já que há um direcionamento legal instituído por Decreto Presidencial e a obrigatoriedade de pelo menos 10% das vagas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para cursos nesta modalidade. Mesmo que hoje o PROEJA ainda seja um Programa de Governo que nasce a partir dos Decretos 5.154/2004, 5.478/2005 e 5.840/2006, cumpre salientar que desde a publicação do último decreto, a Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação e os encontros locais, regionais e nacional de EJA têm somado esforços e levantado bandeiras para que o PROEJA e o PROEJA FIC integrem-se definitivamente à política pública de Educação de Jovens e Adultos, por meio da inclusão de uma emenda aos artigos 37 e 38 da Lei 9.394/96.

O PROEJA tem como objetivo a integração da Educação Profissional com a Educação Básica via EJA, por reconhecer uma dívida histórica da sociedade brasileira para com uma parcela significativa da população que não teve acesso ao processo de escolarização formal, apresentando trajetórias descontínuas ou não exitosas quando de sua passagem pela escola.

As estratégias firmadas para a implementação do PROEJA FIC são inúmeras, a saber: 1- identificação dos atuais e potenciais arranjos produtivos locais – APL[5], para o delineamento da oferta dos cursos, a partir dos eixos profissionais elencados e reconhecidos pelo MEC (turismo e hospitalidade, saúde, indústria, comércio, etc), conforme consta no catálogo dos cursos profissionais da SETEC; 2- experiência e “expertise” da Instituição ofertante no tocante ao eixo profissional ao qual está se habilitando (corpo docente qualificado na área ou em áreas afins; existência de infraestrutura técnica acima do mínimo exigido; e, trajetória e consolidação de um curso dentro do eixo pretendido reconhecido tanto pelo Conselho Superior da Instituição, quanto pela comunidade acadêmica); 3- exigência por parte do MEC de um curso de pós-graduação em nível de aperfeiçoamento a ser ofertado pelo Instituto Federal para os profissionais que irão atuar diretamente no Programa (técnicos administrativos, gestores e docentes) e, no caso do PROEJA FIC, esta oferta compreende também a inserção dos profissionais das prefeituras conveniadas; 4- abertura de grupos de pesquisa e posterior cadastro na Plataforma Lattes/CNPq[6], que contemplem linhas de pesquisa e se debrucem dentre outros temas sobre a formação de professores, a produção de material didático para a modalidade e a dimensão da pesquisa no PROEJA FIC e na Rede Certific; 5- Criação de coordenações dentro dos IF via portaria interna[7], que sejam responsáveis pelo monitoramento e avaliação do Programa e pela mediação junto ao MEC e aos municípios conveniados[8].

Como vimos, as estratégias para a implementação do Programa são inúmeras e coadunam tanto com o que consta na agenda governamental para tal fim, como com as demandas sinalizadas pelos

movimentos sociais que ativamente integram os fóruns regionais e os encontros nacionais de EJA. Os movimentos sociais sinalizam, neste ponto, a necessidade da garantia de financiamento de uma política de formação de educadores específica para a modalidade e uma avaliação sistemática que possa apresentar um *feedback* para a sociedade a respeito dos recursos alocados e da efetividade de tal ação pública.

O público-alvo do Programa encontra-se tipificado da seguinte forma: para o PROEJA FIC, jovens a partir dos 15 anos, que tenham concluído com êxito o 5º ano do ensino fundamental ou equivalente. No caso do PROEJA FIC, o aluno concludente fará jus a um certificado de formação inicial e continuada em um dado perfil profissional, e atuará como auxiliar do técnico. Para os concluintes do PROEJA médio (para jovens e adultos a partir dos 18 anos), é concedido um diploma de técnico.

Quanto à avaliação da política, podemos visualizar um cenário esquemático de atraso, a partir da análise imediata da realidade concreta, desde a gênese do PROEJA, em 2004 a 2006. Enfatizamos, que mesmo o último decreto sendo datado de 2006, prevendo a integral simbiose entre a Educação Profissional e a EJA, com a Educação Básica, nas etapas do ensino médio e do ensino fundamental, apenas em 2009 é que o MEC, por meio da SETEC, lançou em nível nacional a primeira chamada pública[9] para a sistematização e oferta dos primeiros cursos do PROEJA FIC, que via de regra, se traduz na integração da EP com a EJA, no âmbito das séries finais do ensino fundamental, em parceria com as prefeituras.

A título de uma análise comprometida do processo de implementação do Programa em um dado campo empírico, irei me debruçar sobre alguns dados pontuais do Instituto Federal Baiano, ao qual estou vinculado, bem como sobre a apreensão de alguns pontos suscitados durante os Encontros Nacionais do PROEJA FIC[10] do qual participei, e das reuniões da SETEC nas quais estive presente enquanto representante de área. Além disso, levarei em conta alguns dados qualitativos da dissertação de mestrado de minha autoria intitulada "Gestão Pedagógica, prática docente e qualificação profissional de jovens e adultos: retratos do PROEJA no IF Baiano *Campus Catu*", defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação da Universidade do Estado da Bahia, no primeiro semestre de 2014. Como anunciado na introdução, levarei em conta ainda a necessária revisão teórica e documental para a tessitura do artigo.

No tocante aos conceitos de eficácia, eficiência e efetividade, em razão dos limites deste artigo, direcionarei olhar para etapas do PROEJA FIC dos perfis de Cozinheiro Geral e Operador de Microcomputador[11].

A primeira etapa do planejamento para a implantação do PROEJA FIC, implicou além do

estabelecimento do convênio (MEC, IF e Instituição do Sistema de Ensino), a elaboração de um Plano de Trabalho onde consta o Projeto Pedagógico do Curso e a descrição pormenorizada do material a ser consumido (recursos pedagógicos e administrativos), dentro do prazo da oferta do perfil (3 anos), e que não excedesse o limite de R\$ 200.000,00 para cada turma de 30 alunos. Para a execução financeira e a descentralização dos recursos, há um setor dentro do *Campus* responsável pela licitação, cujos produtos são comprados pelo princípio do menor preço, dentro das especificações técnicas para tal item, rigidamente estabelecida na planilha de custos do Plano de Trabalho. Na aplicação dos recursos, o setor de licitação precisa valer-se do princípio da eficiência, isto porque [...] ao dispor de recursos públicos e ao implementar políticas públicas, o governo está gastando um dinheiro que não é seu; ao fazê-lo o governo está gastando o dinheiro do contribuinte (ARRETCHE, 2006, p. 35-36). Para a autora,

[...] A probidade, competência e eficiência no uso dos recursos publicamente apropriados, constituem, em regimes democráticos, uma das condições para a confiança pública (*public confident*) no Estado e nas instituições democráticas. O desperdício de recursos, a corrupção ou a incapacidade governamental são, na verdade, entraves à utilização de recursos publicamente geridos para finalidades efetivamente públicas. (ARRETCHE, 2006, p. 36)

Alguns pontos presentes no Plano de Trabalho e no Projeto Pedagógico do Curso do PROEJA FIC[12] merecem atenção redobrada, uma vez que a eficácia dos mesmos fica comprometida, em razão de variáveis multifacetadas que interferem diretamente sobre a evasão. No caso da EJA, o fenômeno da evasão é potencializado por vários motivos: inserção do educando em postos de trabalho, coincidindo com o horário de estudo, metodologias inadequadas e infantilizadoras por parte dos professores, dentre outros. Cumpre salientar que outras variáveis intervenientes apareceram durante o processo de implantação do Programa, fugindo à alçada da coordenação do PROEJA. Vejamos as principais implicações à luz das verbalizações dos estudantes, professores e da coordenação:

a) Ausência da prática interdisciplinar, crucial para a materialização do currículo integrado:

[...] Não tem interdisciplinaridade no PROEJA. Eu tenho contato com aqueles que estão aqui no dia em que eu estou. (Professor 05, Entrevista).

[...] Eu acho que falta a interdisciplinaridade, porque lá na outra escola a gente já tem algumas



iniciativas, mas que aqui eu considero que tá zero, porque assim, eu vou com uma professora da área técnica, ela sempre me convida pra uma viagem técnica, eu tento fazer uma atividade a partir dali, mas eu não acho que isso é interdisciplinaridade, entendeu?

Eu acho que interdisciplinaridade está em outro nível, que seria você pensar no tema, planejar, fazer coletivamente. Então eu acho que seria apropriado para o PROEJA e a gente não vem fazendo. (Professor 08, Entrevista).

b) Atraso no repasse dos recursos para a compra de material e atendimento das demandas da assistência estudantil[13]:

[...] Primeiro lugar é sobre o dinheiro, pois nós não temos uma data específica de quando recebemos o nosso dinheiro da bolsa. Inclusive esse mês, até a data de hoje, dia 17, não temos o dinheiro em nossa conta. No mês passado foi dia 08 e neste mês, até essa data não tem. Eu mesmo fui procurar saber no setor de Serviço Social e a assistente social disse que a única coisa que poderia me informar é que já tinha enviado a folha para o financeiro e não poderia me informar mais nada. (Educando 04, Grupo Focal).

c) Desconhecimento do Programa pelos educadores:

[...] Realmente é o primeiro contato que eu estou tendo com a EJA. Inclusive eu acho que isso é uma falha. Eu acredito que das duas partes. Da Instituição porque você coloca um professor lá e em momento nenhum eu fui questionada da minha experiência com este tipo de educação, e fui direcionada para ensinar essa disciplina no PROEJA. Mas de fato são turmas que exigem um curso de capacitação, porque às vezes você está acostumado a lidar com jovens do ensino médio e tal, que estão em plena atividade, e você não sabe como lidar muitas vezes com essas pessoas que pararam de estudar e com o tempo retornam. É talvez uma falha minha não ter questionado isso. (Professor (a) 10, Entrevista).

d) Resistência dos professores do IF para frequentar o curso de formação[14], em razão dos mesmos já terem ou não concluído mestrado, doutorado e desconsiderarem a necessidade de uma formação específica para a EJA:

[...] Na verdade, como eu preciso do mestrado, era melhor eu focar no mestrado do que eu me envolver em outra especialização. Talvez tivesse sido bom porque eu trabalho com isso. Talvez não tivesse sido uma atitude inteligente de minha parte, porque assim na hora da inscrição a gente pensa "Não, eu fiz duas especializações, fiz um em Português e uma em Inglês, eu vou fazer uma

terceira se eu não tenho e se eu preciso do mestrado?

“ Eu acho que a gente avalia isso, mas talvez tivesse sido útil pra mim. Talvez não tivesse sido uma atitude inteligente de minha parte não ter feito. (Professor 01, Entrevista).

e) Escassez de reuniões de área a ser promovida pela gestão do IF/Prefeitura para os professores que não participavam da formação:

[...] É ainda um problema pra gente, porque a gente não tem reunião de área, principalmente o PROEJA. Não está tendo ainda reunião de área. Então a gente fica assim: um professor que vem conversar com outro que está querendo fazer alguma atividade. “ Olhe professor estou querendo fazer essa atividade e acho que Português pode entrar dessa forma, Matemática pode entrar dessa forma, História pode entrar com essa contribuição”. Acaba meio que conversando assim nos bastidores, mas não tem ainda aquele planejamento, que eu acho que no PROEJA a gente poderia trabalhar com Projetos. Daria pra gente trabalhar assim. (Professor 04, Entrevista).

f) Precariedade na infraestrutura para a realização das aulas técnicas:

[...] Eu acho que um dos pontos fracos é a falta de infraestrutura pra poder receber um curso técnico, porque um curso técnico, além da sala de aula pra aulas teóricas, tem que ter um laboratório onde o aluno vai fazer as experiências com relação aos pratos, ao tipo de alimento, o tipo de cocção, o tipo de tempero. Um curso técnico é um curso que vai ensinar técnicas. Técnicas é como se faz o alimento bem feito, embora as donas de casa já têm naturalmente, por natureza, aquele instinto de fazer alimentação, mas quando se trata de técnica, é algo muito mais profundo, então tem que ter um lugar apropriado para que o aluno possa, junto com o seu professor aprender como fazer, com o que fazer, pra que fazer, em que momento fazer. (Educando 01, Grupo Focal).

[...] O laboratório de aula prática continua inadequado. Fizeram a reforma, mas continua inadequado. (Educando 05, Grupo Focal).

g) Dificuldade no processo licitatório com fins de aquisição de produtos específicos para a realização de aulas técnicas:

[...] É porque as pessoas têm que ver e compreender o sistema aqui pra ver como é que acontece. Material pra fazer as coisas não falta, agora o que acontece é isso. Eu estou dizendo porque eu trabalhei no almoxarifado e, por exemplo, se a professora vai precisar de 10 quilos de salmão pra

o ano, o Instituto não vai comprar 10 quilos só pra ela, só porque ela quer. Então o colégio aqui não compra, já é uma dificuldade, porque quando faz licitação ninguém vende 10 quilos. O colégio não vai fazer uma licitação só pra dez quilos porque a professora quer. Aí já é uma dificuldade, não compra, aí ela vai ter que dar os pulos dela pra comprar. Então a dificuldade das coisas é só nisso, porque quando é uma coisa que o colégio compra, tem aí à *migué*, mas quando é uma coisa específica que é para curso da gente, não. (Educando 02, Grupo Focal).

[...] Então se o colégio não tem capacidade de comprar os materiais, então é melhor acabar o curso. Eu mesmo conversei com a coordenadora que Ferdinando está fazendo uma pesquisa em sala de aula sobre o Curso, e sabe o que foi que ela me aconselhou "Vocês realmente tem que falar o que está acontecendo!" Então a gente não pode pegar a cobertura e colocar em cima do gelo pra dizer que não está acontecendo as coisas. Realmente está acontecendo! O Instituto não está cumprindo o que realmente tem que cumprir. (Educando 10, Grupo Focal).

h) Cortes no orçamento inicialmente previsto para a implantação das 4 turmas de PROEJA FIC:

[...] Há incompatibilidades das informações que foram solicitadas da SETEC, mesmo depois do Projeto aprovado e aquilo que depois foi solicitado pela SETEC para ser feito um ajuste. Desde 2010 que a gente tenta fazer esse ajuste, só que o projeto que está lá, o que está dito na carta-convite é de um valor específico; o projeto foi elaborado seguindo aqueles parâmetros, e a solicitação da SETEC é que a gente faça uma redução desse valor, e a gente vê em algumas situações concretas que não tem como atendê-las, caso haja essa redução de valor. No ano de 2011, houve um corte no orçamento realizado pelo Governo Federal, que também solicitou uma mudança nesses valores e a gente não conseguiu fazer essa adequação. A gente tem essa previsão de recurso. Ele está no orçamento da instituição pra isso! (Coordenação, Entrevista)

Considerando este cenário desfavorável a uma implementação eficaz e eficiente, foram matriculados inicialmente nas 4 turmas 110 alunos e apenas 38 concluíram[15].

A implementação do PROEJA FIC ocorreu no IF Baiano *Campus* Catu, a partir de setembro de 2010, com a implantação de 4 turmas em convênio com a Secretaria Municipal de Educação de Alagoinhas, uma vez que o *Campus* teve o Plano de Trabalho aprovado quando da 1ª chamada pública para a oferta destes cursos. Este lapso extenso de tempo, entre abril de 2009 e setembro de 2010, aconteceu em razão do processo seletivo rigoroso realizado pela SETEC para eleger as melhores instituições, a descentralização dos recursos em 2010 da Reitoria para o *Campus*, a reafirmação do acordo de Cooperação com a Prefeitura de Alagoinhas, a seleção dos estudantes e

o início da formação de professores via Curso de Aperfeiçoamento.

Ao visualizarmos a relação entre implementação do Programa e a efetiva mudança nas condições sociais de vida dos usuários[16], sem desconsiderarmos os entraves acima expostos, vemos claramente a efetiva função desta ação pública na vida do público-alvo (*output*)[17], tomando como referência as verbalizações feitas pelos sujeitos beneficiados, dentre elas: inserção no mercado de trabalho pós conclusão do curso, dentro ou fora da área; iniciativas de empreendedorismo (alguns alunos passaram a oferecer almoço aos funcionários do *Campus* mesmo na condição de estudantes, levando em conta o que estavam aprendendo; desejo de continuar estudando, seja em outros cursos de atualização, seja por meio do ingresso em Cursos Superiores (educandos adultos e até idosos, que ingressaram no PROEJA e hoje cursam graduação). Eles reconhecem até mudança na estrutura interna das famílias dos discentes do Programa, nas quais os filhos, antes desinteressados pelo estudo voltam à escola, pelo exemplo de pais, tios ou avós. Pela participação no Programa o estudante recebe como auxílio da assistência estudantil o repasse de R\$ 100,00, desde que tenha frequência mensal de 75%. Este também é um fator diferencial, porque possibilita a reprodução material da vida, que aliado a outros programas de transferência de renda e aos demais serviços assistenciais prestados pela Instituição (médico, dentista, psicólogo, assistente social e alimentação escolar), oportunizam um horizonte num cenário de extrema pauperização e desemprego estrutural. Vejamos alguns depoimentos dos discentes ao longo do grupo focal aplicado durante a pesquisa:

[...] Houve várias mudanças, primeiro eu tinha uma rotina que me fazia mal, ou então eu não tinha o que fazer, só era em mesa de jogo e uma hora eu parei e pensei que estava perdendo parte de minha vida fazendo aquilo. Eu procurar conhecimento não só o curso técnico do PROEJA que eu estou fazendo, mas em outros cursos de instrução. Sem o conhecimento daquele bicho ali, a gente fica totalmente fora de circulação. A gente pede a um filho, mas quando chega determinado momento "Ah painho eu não posso!" E você conseguia ir lá, quebrava a cabeça e conseguia fazer alguma coisa. E eu disse, eu vou buscar conhecimento. Eu tinha 27 anos aproximadamente fora do colégio, e o trabalho, a dificuldade. Quando vi filho já formado e minha vida mais tranquila eu procurei estudar um pouquinho (Educando 07, Grupo Focal).

[...] Eu vim pra aqui pra melhorar os meus conhecimentos técnicos e esse curso me incentivou. Também não vou dizer que não aprendi, eu aprendi muito (Educando 10, Grupo Focal).

[...] O que eu vejo hoje em montar um negócio em nosso país é a dificuldade que o próprio governo que nos traz. Você hoje trabalha o ano, 6 meses é seu e 6 meses é do governo, e o

pequeno empreendedor hoje pra dar início é difícil. Eu tinha dificuldade de colocar não nessa área, outra coisa, que não tinha a ver com alimentação e as dificuldades são grandes quando você precisa ser um microempresário. (Educando 05, Grupo Focal).

O processo de implementação foi/é balizado por um modelo de monitoramento *top down* instituído pela SETEC, no qual a Coordenação Geral do Programa, assessorada pelas demais coordenações, envia relatórios sistemáticos aos MEC, com o objetivo de informá-lo sobre o andamento das etapas e do cumprimento das metas do Plano de Trabalho. Este relatório é construído e alimentado por meio das informações coletadas junto aos estudantes, docentes e à própria gestão do IF e da Secretaria Municipal de Educação. Como resultado destes relatórios, ao final da oferta está previstas implicações na modificação do perfil da oferta ou na cessão do convênio após a conclusão das turmas, caso o descumprimento das cláusulas do acordo sejam reiteradamente descumpridas[18].

A avaliação dos produtos a serem enviados ao MEC assume um direcionamento democrático, considerando a prática recorrente da escuta qualificada dos educandos em sala de aula, a materialização dos Conselhos de Classe, os debates oriundos das reuniões de professores que ocorreram durante o Curso de Aperfeiçoamento e tudo o que é/estava sendo colocado pelos gestores do Programa, tanto no IF, quanto na Secretaria de Educação. Na implementação do Projeto Pedagógico dos Cursos prioriza-se a vivência do currículo, e a práxis pedagógica do PROEJA leva em conta precipuamente a realidade socioeconômica, política e cultural dos educandos, incluindo as demandas discentes que surgem no cotidiano, seus tempos, espaços, trajetórias e condições de vida e de trabalho, bem como suas leituras de mundo[19].

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A preocupação com a formação de professores para atuar nos cursos de PROEJA e PROEJA FIC é algo que remonta à gênese do Documento Base do Programa elaborado em 2007, e objetiva a construção de um quadro de referência e a sistematização de concepções e práticas político-pedagógicas e metodológicas que orientem a continuidade do processo. Tenta garantir a elaboração do planejamento das atividades do curso, a avaliação permanente do processo pedagógico e a socialização das experiências vivenciadas pelas turmas. Estas ações contam com o apoio da SETEC e da SECADI, que garantem o financiamento dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização em EJA, por meio de chamadas públicas.

Apesar das inúmeras tentativas de uma metodologia diferenciada para o PROEJA, os

conhecimentos ainda são trabalhados de forma isolada, não ocorrendo a interdisciplinaridade. Os conteúdos não dialogam entre si, e mesmo que privilegiem as vivências dos educandos, não há a potencialização crítica dos componentes técnico possível pelas trocas sadias com as disciplinas propedêuticas, que seja capaz de formar cidadãos críticos, criativos e propositivos, e trabalhadores que dominem os fundamentos científicos e culturais que balizam a formação politécnica, dando ao educando as bases para não ser massa de manobra e nem sujeito alienado no processo de trabalho. Desse modo, temos o comprometimento de um princípio fundante para o sucesso do PROEJA, inclusive recomendado pelo Documento Base do Programa, a “interdisciplinaridade”. Para que haja a materialização deste princípio há a necessidade de planejamento presencial articulado entre os docentes. É notória a pouca possibilidade desta integração, já que o professor não dispõe de outros dias para este planejamento no noturno e muitas vezes não pode ou não se dispõe a estar neste turno por uma série de questões de ordem profissional ou pessoal.

De todo modo, muitas das especialidades desses professores da área técnica, já que muitos deles são bacharéis ou tecnólogos, padecem de uma formação pedagógica para a docência na educação básica, e alguns não priorizam as poucas formações ofertadas pelo *Campus* para a melhoria das práticas pedagógicas no PROEJA, a exemplo do Curso de Aperfeiçoamento do PROEJA FIC e da Especialização em Educação de Jovens e Adultos, ambas ofertadas pela Instituição com as aulas sendo ministradas nas dependências do próprio *Campus*. Há também o descrédito por parte dos docentes e a pouca vontade em frequentar uma formação que seja em “nível inferior” ao que eles já possuem, mesmo que se reconheça a importância da capacitação. Por outro lado, os docentes do *Campus* solicitam de forma veemente, que haja uma preocupação por parte da Instituição para que os mesmos sejam capacitados antes de começarem a atuar no PROEJA, para que a ausência de formação pedagógica específica na graduação ou em serviço não se constituam como mote para o descrédito do trabalho do professor ou para o fracasso das ações pedagógicas.

A Educação de Jovens e Adultos como campo político de formação e investigação necessita comprometer-se com a educação das camadas populares e com a superação das diferentes formas de preconceito, exclusão e discriminação existentes em nossa sociedade, as quais fazem-se presentes tanto nos processos educativos dentro do contexto escolar quanto nos não-escolares. Os educadores de pessoas jovens e adultas, assim como os educandos, são sujeitos de direitos. Estão inseridos em uma dinâmica social, cultural e política ampla que desenvolve-se em meios a lutas, tensões, engajamentos, práticas e movimentos sociais ao longo da história brasileira. A Educação de Jovens e Adultos é um campo político, denso e carrega consigo o rico legado da Educação Popular. Constitui-se num campo de complexidades que necessita de (re)definições e posicionamentos claros das políticas públicas, da gestão escolar e dos professores.

No tocante à efetivação das políticas públicas direcionadas ao PROEJA deve-se atentar para o cumprimento dos preceitos legais da educação, promoção de pesquisa e produção científica, destacando a formação de professores, o currículo e a manutenção do processo pedagógico, com a alocação de recursos acima dos mínimos exigidos. Ademais, para trabalhar com jovens e adultos faz-se necessário considerar a sua condição de sujeitos pensantes, dotados de experiências referentes ao seu círculo de existência, portadores de ideias, capacidade intelectual, atuantes e úteis à sua sociedade.

Face ao exposto, percebemos que uma análise atenta do processo de implementação possibilita o remodelamento do Curso de Aperfeiçoamento em PROEJA FIC, que será ofertado a partir de 2015, em razão da implantação das novas turmas do Programa, o Curso de Serviço de Restaurante e Bar, em novo convênio celebrado com a Prefeitura de Catu. Além disso, a coleta e a reflexão institucional sobre estas informações podem redirecionar algumas ações que vão desde o estabelecimento de novas cláusulas no convênio entre os entes federados e seus atores (MEC/IF/Secretaria de Educação Municipal), até o redesenho administrativo do Programa e o estabelecimento de objetivos e metas para o enfrentamento de falhas e lacunas inicialmente apontadas.

---

[1] - De acordo com a PNAD 2009, esta taxa caiu para 9,7% em 2009, totalizando 14,1 milhões de pessoas. Já a PNAD 2011 revela um índice de 8,6% de analfabetos com 15 anos ou mais em 2011, compreendendo 12,9 milhões de brasileiros, sendo que a região nordeste concentra 52,7% deste total, com 6,8 milhões de analfabetos e a Bahia ocupa o primeiro lugar nacional em números absolutos, com 1,7 milhões de baianos nesta faixa etária, que não sabem ler e nem escrever. Há que se destacar que em 2013, o número absoluto de analfabetos aumentou no país, representando um aumento de percentual de 8,6 para 8,7% da população.

[2] - Estudantes deficientes físicos e visuais. No *Campus* Catu, esses estudantes são atendidos por programas especiais da Assistência Estudantil. O debate sobre educação inclusiva proposto é mais abrangente e transcende as deficiências. Mantoan (2005) defende uma escola que reconheça a igualdade de aprender como ponto de partida, e as diferenças no aprendizado como processo e ponto de chegada. Para ela, a inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da Educação Escolar e para o benefício de todos os alunos, com e sem deficiência.

[3]- As falas dos sujeitos serão colocadas ao longo do artigo, com o propósito de ilustrar as questões suscitadas no seio da dinâmica de implementação do PROEJA.

[4]- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. O Programa apresenta as seguintes

submodalidades: 1- PROEJA técnico integrado ao ensino médio; 2- PROEJA formação inicial e continuada em nível médio; 3- PROEJA técnico subsequente; 4- PROEJA FIC: Formação Inicial e Continuada em nível de ensino fundamental; 5- PROEJA Indígena.

[5]- A política de APL é parte fundante da política industrial. Em Catu, município onde fica sediado o *Campus* e na cidade vizinha de Alagoinhas onde foram instaladas turmas de PROEJA FIC, as principais APL ficam por conta do setor petrolífero, de turismo e hospitalidade e indústria de cervejaria. Para aprofundamento da temática APL/desenvolvimento consultar <[http://](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/apl.pdf)

[www.](http://www.bndes.gov.br)

[bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)

[/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/apl.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/apl.pdf)

>.

[6] - Para maiores informações sobre o Grupo de Pesquisa criado em Catu com a finalidade de atender as condicionantes de implantação do PROEJA FIC, acessar a página na Base *Lattes*: <http://dgp.cnpq.br>

[/buscaoperacional/detalhelinha.jsp?](http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhelinha.jsp?grupo=IW9WA11U6GNW8I&seqlinha=3)

[grupo=IW9WA11U6GNW8I&seqlinha=3](http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhelinha.jsp?grupo=IW9WA11U6GNW8I&seqlinha=3)

[7] - Uma vez instituída a portaria, a carga horária destinada à atenção ao PROEJA deve passar obrigatoriamente a integrar o Plano de Trabalho Individual do servidor.

[8]- No *Campus*, existem ainda outras quatro subcoordenações que compõem a gestão do PROEJA FIC, a saber: Coordenação de Formação Continuada dos profissionais envolvidos, Coordenação Pedagógica dos Cursos, Coordenação de Produção de Material Pedagógico e Coordenação de Monitoramento, Estudo e Pesquisa.

[9] - A primeira oferta do PROEJA FIC aconteceu por meio da adesão dos Institutos Federais ao Ofício Circular nº 40 GAB/SETEC/MEC, de 08 de abril de 2009, no qual para efeito da apresentação e aprovação das propostas foram consideradas as seguintes ações nos Planos de Trabalho: 1- Formação de profissionais para implantação dos cursos do PROEJA FIC; 2- Implantação dos Cursos PROEJA FIC; 3- Produção de Material Didático; 4- Monitoramento, estudo e pesquisa com vista a contribuir para a implantação e consolidação de espaços de integração das ações desenvolvidas, bem como de investigação das questões atinentes ao PROEJA.

[10] - Encontro Nacional do PROEJA FIC 2010: diálogos de experiências.

Disponível em:

<[http://](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=&gid=7361&option=com_docman&task=doc_download)

[portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br)

[/index.php](http://portal.mec.gov.br/index.php)

?

[Itemid=&gid=7361&option=com\\_docman&task=doc\\_download](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=&gid=7361&option=com_docman&task=doc_download)>. Ver trabalho publicado por mim



em parceria com a professora Sandra Cerqueira de Jesus.

[11] - O primeiro curso de PROEJA implantado no *Campus* data de 2006, com a oferta do Curso de Formação Inicial e Continuada em Informática, em nível de Ensino Médio, e a substituição deste perfil aconteceu em 2010, em razão da pouca absorção dos egressos pelo mercado de trabalho, posto que o curso contava com um número significativo pessoas a partir dos 45 anos, que não desenvolviam as habilidades e competências necessárias para este perfil. O novo perfil assumiu o caráter de **Curso Técnico** de Ensino Médio e não apenas de **Formação Inicial e Continuada**, e agora no eixo de Turismo e Hospitalidade (Curso de Cozinha), antenado com as demandas dos APL da região, uma vez que Catu é um grande polo produtor de Petróleo, que demanda a existência de restaurantes e bares e a formação de cozinheiros para esses espaços.

[12]- Controle da evasão e retenção; Ampliação dos programas de assistência estudantil; Construção e instrumentalização dos laboratórios técnicos; Formação continuada em serviço do corpo docente da(s) prefeitura(s) conveniada(s) e do *Campus*; Licitação dos produtos específicos para o Curso de Cozinha/Cozinheiro Geral/Serviço de Restaurante e Bar, em razão da quantidade reduzida e das especificidades técnicas.

[13]- O Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante - PAISE integra a Política de Assistência Estudantil do IF Baiano. A assistência estudantil, configurada como transferência de renda, foi criada em 2008, a partir de uma análise da Coordenação-Geral de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica (CGPEPT) da SETEC, como uma tentativa de evitar os altos índices de evasão das turmas de PROEJA iniciadas em todo território nacional a partir de 2006.

[14] - O 1º Curso de Aperfeiçoamento aconteceu entre setembro de 2010 e outubro de 2012, em razão do convênio com a Prefeitura de Alagoinhas para implantação das 4 turmas. Este curso começou com 55 profissionais frequentando e apenas 30 concluíram.

[15] -Fonte: Setor de Registros Escolares do IF Baiano *Campus* Catu, 2013.

[16]- Conforme Arretche (2006) *apud* Figueiredo e Figueiredo (1986), entende-se por avaliação de efetividade o exame da relação entre a implementação de um determinado programa e seus impactos e/ou resultados, isto é, seu sucesso ou fracasso em termos de uma efetiva mudança nas condições sociais prévias da vida das populações atingidas pelo programa sob avaliação.

[17]- Em sintonia com o que aponta o modelo do *policy-making-process*. Por este modelo, gestão significa a transformação de *input* para *output*. As demandas dos atores sociais são transformadas em programas, leis e normas através da formulação e implantação de políticas. Do *output* resultam o impacto e o *outcome*. O primeiro descreve as mudanças no público-alvo do programa, o último, as consequências e efeitos para todos os envolvidos no campo político desse programa. Nesse modelo predomina a convicção de que as demandas podem influenciar as reações do sistema político. (SCHMITZ *et al*, 2009).

[18] - Ao final de 2013, quando as 4 turmas do PROEJA FIC de Alagoinhas foram finalizadas (findo

os 3 anos de curso), em razão dos descumprimentos das cláusulas do Convênio por parte da Prefeitura, dentre eles, transporte dos estudantes para o deslocamento das aulas técnicas em Catu, carro para levar os professores da área profissional às escolas da Prefeitura localizadas na zona rural, etc, não foi possível a continuidade da oferta.

[19] - Em sintonia com o que preconiza a LDB, Lei 9.394/96, em seus artigos 37 e 38, que trata especificamente da EJA, e com a Lei 11.741/2008, ao estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

## REFERÊNCIAS

ALEMANHA. **Declaração de Hamburgo sobre Educação de Jovens e Adultos**. V CONFINTEA, 1997.

ARRETCHE, Marta T.S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo Rico: **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 29-40.

BNDES. **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento**. Brasília: BNDES, 2010.

BRASIL. **Lei 9.394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CEB nº. 11/2000**. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC/CNE, 2000. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer\\_11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf)>.

Acesso em: 10 nov.2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto 5.154/2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil/MEC.  
Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)  
>. Acesso em 08 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto 5.478/2005**. Institui nas instituições federais de educação tecnológica o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil/MEC.

Disponível em:

< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm)  
>. Acesso em 10 dez 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto 5.840/2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil/MEC.

Disponível em:

< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm)  
>. Acesso em 10 dez 2014.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**: Documento Base. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2006.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.741/2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília: Casa Civil/MEC.

Disponível em:

< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2008/lei/l11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2008/lei/l11741.htm)  
>.

planalto.gov.br  
/ccivil\_03/\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm  
#art1> Acesso em 10 dez 2014.

\_\_\_\_\_. **Ofício Circular nº 40/2009 GAB/SETEC/MEC.** Convite às Instituições Federais para a oferta do PROEJA FIC. Brasília: MEC/SETEC. [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=568&Itemid=](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=568&Itemid=). Acesso em 10 dez 2014.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. O PROEJA e o direito à formação integrada: limites, avanços e possibilidades de implantação. In: OLIVEIRA, Edna Castro de *et al.* **EJA e Educação Profissional: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA.** Brasília: Liber Livro, 2012. p. 101-120.

GADOTTI, Moacir. Educação de Jovens e Adultos: correntes e tendências. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (orgs). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta.** 10 ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2008, p. 30-49.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IRELAND, Timothy, MACHADO, Maria Margarida, PAIVA, Jane (orgs.). **Educação de Jovens e Adultos:** uma memória contemporânea 1996-2004. Brasília: MEC/UNESCO, 2004.

MANTOAN, Maria. T. Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MELO, Ferdinando Santos de. **Gestão pedagógica, prática docente e qualificação profissional de jovens e adultos:** retratos do PROEJA técnico de nível médio no IF Baiano *Campus* Catu. Dissertação – Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2014. 291 f.

OLIVEIRA, Edna Castro de; PINTO, Antonio Henrique. O percurso do PROEJA/ES: conflitos, desafios

e proposições. In: OLIVEIRA, Edna Castro de *et al.* **EJA e Educação Profissional**: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA. Brasília: Liber Livro, 2012. p. 13-43.

PEREZ, José Roberto Rus. Avaliação do processo de implementação: algumas questões metodológicas. In: RICO, Elizabeth Melo Rico: **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 65-73.

SCHMITZ, Heike; ARGOLLO, Rivailda Silveira Nunes; TENÓRIO, Robinson Moreira Tenório. Governança e gestão num sistema de avaliação de educação superior. In: TENÓRIO, Robinson Moreira; VIEIRA, Marcos Antonio (orgs). **A avaliação e sociedade**: a negociação como caminho. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 21-44.

[1] - De acordo com a PNAD 2009, esta taxa caiu para 9,7% em 2009, totalizando 14,1 milhões de pessoas. Já a PNAD 2011 revela um índice de 8,6% de analfabetos com 15 anos ou mais em 2011, compreendendo 12,9 milhões de brasileiros, sendo que a região nordeste concentra 52,7% deste total, com 6,8 milhões de analfabetos e a Bahia ocupa o primeiro lugar nacional em números absolutos, com 1,7 milhões de baianos nesta faixa etária, que não sabem ler e nem escrever. Há que se destacar que em 2013, o número absoluto de analfabetos aumentou no país, representando um aumento de percentual de 8,6 para 8,7% da população.

[2] - Estudantes deficientes físicos e visuais. No *Campus Catu*, esses estudantes são atendidos por programas especiais da Assistência Estudantil. O debate sobre educação inclusiva proposto é mais abrangente e transcende as deficiências. Mantoan (2005) defende uma escola que reconheça a igualdade de aprender como ponto de partida, e as diferenças no aprendizado como processo e ponto de chegada. Para ela, a inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da Educação Escolar e para o benefício de todos os alunos, com e sem deficiência.

[3]- As falas dos sujeitos serão colocadas ao longo do artigo, com o propósito de ilustrar as questões suscitadas no seio da dinâmica de implementação do PROEJA.

[4]- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. O Programa apresenta as seguintes submodalidades: 1- PROEJA técnico integrado ao ensino médio; 2- PROEJA formação inicial e continuada em nível médio; 3- PROEJA técnico subsequente; 4- PROEJA FIC: Formação Inicial e Continuada em nível de ensino fundamental; 5- PROEJA Indígena.

[5]- A política de APL é parte fundante da política industrial. Em Catu, município onde fica sediado

o *Campus* e na cidade vizinha de Alagoinhas onde foram instaladas turmas de PROEJA FIC, as principais APL ficam por conta do setor petrolífero, de turismo e hospitalidade e indústria de cervejaria. Para aprofundamento da temática APL/desenvolvimento consultar <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/apl.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/apl.pdf)>.

[www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)

[/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/apl.pdf](http://SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/apl.pdf)

>.

[6] - Para maiores informações sobre o Grupo de Pesquisa criado em Catu com a finalidade de atender as condicionantes de implantação do PROEJA FIC, acessar a página na Base *Lattes*: <http://dgp.cnpq.br>

[/buscaoperacional/detalhelinha.jsp?](http://buscaoperacional/detalhelinha.jsp?grupo=IW9WA11U6GNW8I&seqlinha=3)

[grupo=IW9WA11U6GNW8I&seqlinha=3](http://buscaoperacional/detalhelinha.jsp?grupo=IW9WA11U6GNW8I&seqlinha=3)

[7] - Uma vez instituída a portaria, a carga horária destinada à atenção ao PROEJA deve passar obrigatoriamente a integrar o Plano de Trabalho Individual do servidor.

[8]- No *Campus*, existem ainda outras quatro subcoordenações que compõem a gestão do PROEJA FIC, a saber: Coordenação de Formação Continuada dos profissionais envolvidos, Coordenação Pedagógica dos Cursos, Coordenação de Produção de Material Pedagógico e Coordenação de Monitoramento, Estudo e Pesquisa.

[9] - A primeira oferta do PROEJA FIC aconteceu por meio da adesão dos Institutos Federais ao Ofício Circular nº 40 GAB/SETEC/MEC, de 08 de abril de 2009, no qual para efeito da apresentação e aprovação das propostas foram consideradas as seguintes ações nos Planos de Trabalho: 1- Formação de profissionais para implantação dos cursos do PROEJA FIC; 2- Implantação dos Cursos PROEJA FIC; 3- Produção de Material Didático; 4- Monitoramento, estudo e pesquisa com vista a contribuir para a implantação e consolidação de espaços de integração das ações desenvolvidas, bem como de investigação das questões atinentes ao PROEJA.

[10] - Encontro Nacional do PROEJA FIC 2010: diálogos de experiências.

Disponível em:

<[http://](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=&gid=7361&option=com_docman&task=doc_download)

[portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br)

[/index.php](http://portal.mec.gov.br/index.php)

?

[Itemid=&gid=7361&option=com\\_docman&task=doc\\_download](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=&gid=7361&option=com_docman&task=doc_download)>. Ver trabalho publicado por mim em parceria com a professora Sandra Cerqueira de Jesus.

[11] - O primeiro curso de PROEJA implantado no *Campus* data de 2006, com a oferta do Curso de Formação Inicial e Continuada em Informática, em nível de Ensino Médio, e a substituição deste perfil aconteceu em 2010, em razão da pouca absorção dos egressos pelo mercado de trabalho, posto que o curso contava com um número significativo pessoas a partir dos 45 anos, que não desenvolviam as habilidades e competências necessárias para este perfil. O novo perfil assumiu o caráter de **Curso Técnico** de Ensino Médio e não apenas de **Formação Inicial e Continuada**, e agora no eixo de Turismo e Hospitalidade (Curso de Cozinha), atenuado com as demandas dos APL da região, uma vez que Catu é um grande polo produtor de Petróleo, que demanda a existência de restaurantes e bares e a formação de cozinheiros para esses espaços.

[12]- Controle da evasão e retenção; Ampliação dos programas de assistência estudantil; Construção e instrumentalização dos laboratórios técnicos; Formação continuada em serviço do corpo docente da(s) prefeitura(s) conveniada(s) e do *Campus*; Licitação dos produtos específicos para o Curso de Cozinha/Cozinheiro Geral/Serviço de Restaurante e Bar, em razão da quantidade reduzida e das especificidades técnicas.

[13]- O Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante - PAISE integra a Política de Assistência Estudantil do IF Baiano. A assistência estudantil, configurada como transferência de renda, foi criada em 2008, a partir de uma análise da Coordenação-Geral de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica (CGPEPT) da SETEC, como uma tentativa de evitar os altos índices de evasão das turmas de PROEJA iniciadas em todo território nacional a partir de 2006.

[14] - O 1º Curso de Aperfeiçoamento aconteceu entre setembro de 2010 e outubro de 2012, em razão do convênio com a Prefeitura de Alagoinhas para implantação das 4 turmas. Este curso começou com 55 profissionais frequentando e apenas 30 concluíram.

[15] -Fonte: Setor de Registros Escolares do IF Baiano *Campus* Catu, 2013.

[16]- Conforme Arretche (2006) *apud* Figueiredo e Figueiredo (1986), entende-se por avaliação de efetividade o exame da relação entre a implementação de um determinado programa e seus impactos e/ou resultados, isto é, seu sucesso ou fracasso em termos de uma efetiva mudança nas condições sociais prévias da vida das populações atingidas pelo programa sob avaliação.

[17]- Em sintonia com o que aponta o modelo do *policy-making-process*. Por este modelo, gestão significa a transformação de *input* para *output*. As demandas dos atores sociais são transformadas em programas, leis e normas através da formulação e implantação de políticas. Do *output* resultam o impacto e o *outcome*. O primeiro descreve as mudanças no público-alvo do programa, o último, as consequências e efeitos para todos os envolvidos no campo político desse programa. Nesse modelo predomina a convicção de que as demandas podem influenciar as reações do

sistema político. (SCHMITZ *et al*, 2009).

[18] - Ao final de 2013, quando as 4 turmas do PROEJA FIC de Alagoinhas foram finalizadas (findo os 3 anos de curso), em razão dos descumprimentos das cláusulas do Convênio por parte da Prefeitura, dentre eles, transporte dos estudantes para o deslocamento das aulas técnicas em Catu, carro para levar os professores da área profissional às escolas da Prefeitura localizadas na zona rural, etc, não foi possível a continuidade da oferta.

[19] - Em sintonia com o que preconiza a LDB, Lei 9.394/96, em seus artigos 37 e 38, que trata especificamente da EJA, e com a Lei 11.741/2008, ao estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

Graduado em Pedagogia pela Faculdade Pio Décimo (2003).

Recebido em: 07/08/2016

Aprovado em: 15/08/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: